

PSICOLOGIA ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

PSYCHOLOGY SCHOOL AND ITS RELATION TO EDUCATION

¹PORTOLESE, K. R.; ² MACHADO JÚNIOR, L. B. S

^{1e2}Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

RESUMO

O objetivo deste estudo foi trazer um pouco da história da psicologia escolar e a importância da atuação dos psicólogos nas escolas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. A psicologia escolar vem se modificando, com isso vem sendo desmistificadas práticas que antes eram comuns nas escolas, como a prática de aplicação de testes voltados mais para um modelo clínico, fazendo uma divisão nas crianças que tinham um bom desempenho escolar, das crianças que não tinham aptidão para aprender e que faziam parte de uma classe menos favorecida, percebendo dessa forma, uma política de exclusão dentro desse espaço. Diante disso, a Psicologia passa então a estudar sobre ensino e aprendizado, criando novas teorias no intuito de dar conta dessas demandas. Então passa-se a criar novos métodos e técnicas referente ao desenvolvimento humano e aprendizagem. Dessa forma a Psicologia passa a contribuir não só com essas novas teorias, mas com espaços para discussão e reflexão de temas relacionados a educação mas que não fiquem restrito apenas a escola, mas que atinja a comunidade, núcleos, associações entre outros espaços. O Psicólogo Escolar quando parte de uma postura ética, contribui assim para um novo olhar na educação, tirando o foco de alunos tidos com problemas de aprendizado, e a família tida como única culpada pelos comportamentos das crianças, passando a problematizar toda a escola, atingindo desde os alunos até a gestão, para que haja um trabalho em conjunto a fim de pensar melhorias ao espaço escolar.

Palavras-chave: Psicologia, Escola, Educação.

ABSTRACT

The aim of this study was to bring a little of the history of the scholar psychology and the importance in the performance of psychologists in schools. Therefore, a literature search was accomplished. Scholar psychology has been changing, and it has been demystified practices that were common in schools, as the practice of application tests facing more to a clinical model, making a division in children who had a good scholar performance of the children that hadn't the ability to learn and who were part of a less supported category, realizing thus a politics of exclusion in that area. Because of that, the psychology started studying about teaching and learning, creating new theories with the intention to deal with these demands. Then start to create new methods and techniques related to human development and learning. On this way, the psychology began to contribute not only with these new theories, but also with place for discussion and reflection of issues related to education but not only restricted to school, but it reaches the community, nuclei, associations and other places. The Scholar Psychologist as an ethical attitude, contributes to a new look at education, taking the focus of students known with learning problems, and the family pointed as the only blamed for the children's behavior, going to question the whole school, reaching from students to administration, so there is an effort together to think of improvements to the school environment.

Keywords: Psychology, School, Education.

INTRODUÇÃO

Partindo do ponto de vista histórico, segundo Antunes (2008), a psicologia escolar e educacional se dá em duas dimensões diferentes, mas que se articulam; uma estaria ligada a área de conhecimento e pesquisa, e a outra, à área

social e institucional. A Psicologia Escolar é um campo de prática profissional, que a partir dos estudos irá intervir nas escolas ou em assuntos referentes a ela focando em questões psicológicas, relacionadas a escola e as relações que ali se dão. Já a Psicologia Educacional é vista como área de pesquisa, de conhecimento e produção de saber, relacionando questões psicológicas ao processo educacional. Porém, segundo Souza (2009) a oposição entre essas áreas passa a ser alvo de crítica, pois prática e teoria são intrínsecas.

Patto (1984), citado por Guzzo *et al.* (2010, p. 132), diz que a história da Psicologia Brasileira vem a ser dividida em três períodos:

O primeiro, de 1906 a 1930, na 1ª República, marcado por estudos de laboratório num modelo europeu e sem a preocupação de intervir na realidade; o segundo de 1930 a 1960, marcado pelo tecnicismo de origem norte-americana; e o terceiro, a partir de 1960, quando o trabalho do psicólogo passa a ter uma forma mais adaptacionista.

Complementando, Antunes (2008, p.470) menciona que "A história da psicologia escolar e educacional no Brasil pode ser identificada desde os tempos coloniais, quando preocupações com a educação e a pedagogia traziam em seu bojo elaborações sobre o fenômeno psicológico." Antunes (2008) afirma que nos tempos coloniais as obras produzidas eram estudadas e tinham ligações com a filosofia, medicina e etc., e se deparavam com temas relacionados à aprendizagem, família, comportamento, personalidade e educação num geral; traziam também escritos sobre a defesa da educação dos indígenas e das mulheres, questões essas que iam contra aos ideais da metrópole, mas que mais tarde tornaram-se objeto de estudo ou campo de ação da psicologia.

Houve, na década de 1960, na universidade de São Paulo, a introdução de uma disciplina chamada "Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem", pautada na função dos psicólogos de avaliadores da capacidade intelectual de alunos que apresentariam, dificuldade de aprendizagem referente a leitura e a escrita, os quais portavam deficiências neurológicas evolutivas, e ou deficiência sensorial, auditiva.

Essa orientação no atendimento de alunos (as) com problemas de lateralidade e dislexia manifesta o significado atribuído à disciplina: "Psicologia do Escolar e Problemas de aprendizagem", tal como foi denominada em seus primórdios nos cursos de graduação da área. (ZANELLA; MOLON, 2007, p. 261).

A formação dos profissionais de Psicologia Escolar e Educacional passa a ser alvo de críticas; sua atuação era restrita ainda à prática da psicologia clínica, pautada na patologização dos fenômenos escolares, focando principalmente nos alunos com condições desfavoráveis. Dessa forma, os profissionais foram vistos como ineficientes para responder impasses referentes a problemas de aprendizagem. Tanto a formação quanto a prática de estágios em escolas foram consideradas fracas, provocando pensar-se em novos currículos para a formação em universidades que abranjam as necessidades da formação. (MALUF, 2008).

Críticas são tecidas também à aplicação de testes, principalmente os de nível mental e de prontidão, a fim de selecionar os chamados "alunos - problema" e os alunos com bom desempenho para uma divisão, ou melhor dizer, uma rotulação por parte dos próprios professores, assim como a responsabilização da criança e da família. Enfim, práticas que foram criticadas e consideradas equivocadas por parte dos psicólogos da área, por quererem enquadrar a prática num formato clínico-terapêutico, o qual era baseado em um modelo médico, com tendência à patologização e individualização do processo educativo, diferente de um trabalho interdisciplinar em que envolveriam diferentes profissionais da área da educação. Consentindo a isso, Maluf (2008) traz que, durante os anos de 1980 a 1992, em uma revisão sobre a atuação do psicólogo nessa época, apontava que a prática era pautada na clínica e em exames psicométricos.

Os testes aplicados por parte dos psicólogos, e tão criticados, de certa forma evidenciam informações do sujeito, porém a forma como os testes são aplicados, os contextos, a correção, podem colocá-lo em risco, assim como a falta de informação e habilidade para aplicação do mesmo. Porém, quanto à lógica do teste em si, o mesmo tem por finalidade evidenciar "normalidade" e "desvio", sem levar em consideração o contexto no qual o sujeito está inserido, por isso os testes são classificatórios, e comparativos.

Segundo Andaló (1984), o psicólogo escolar deve ser visto como um agente de mudanças, já que a Psicologia ainda é tida como um campo secundário e que precisa desmistificar as práticas de antigamente que vinham a ser uma prática de psicologia escolar clínica em que em um tempo da escola tentaram individualizar o atendimento, deixando uma sala apenas para o psicólogo, em alguns casos com divã. Outra questão aqui que pode ser abordada é a de que a atuação do psicólogo no âmbito

escolar seria a de prevenção, ou seja, prevenira desadaptação à escola.

Na década de oitenta, em que a sociedade tentava se reerguer de 20 anos de ditadura militar, passaram a fazer uma releitura na forma de atuação dos psicólogos na educação, devido ao método condizente com as forças dominantes as quais eram injustas e opressoras. Os psicólogos tinham performances avaliativas, as quais não promoviam mudanças naquela realidade individual e social. Atuavam afim de "culpabilizar" as crianças e sua família pelos insucessos da criança, sem que fosse analisado todo o contexto; não levavam em consideração a escola, os professores, o ambiente em que o aluno estava inserido, devido a isso, segundo Maluf (2008 p.89), "criou-se então uma quase área de estudos, designado como "fracasso escolar".

A Psicologia, mediante discussões e críticas relacionados a sua prática na Educação, inicia uma década de pesquisa voltada para um novo objeto de estudo da Psicologia que seria o fracasso escolar. Discussões estas iniciadas no final de 1980, cujo tema irá ter como centro as questões envolvidas nos estudos referentes as escolas, seja no campo da Psicologia, como no campo da Educação.

No século XIX novas pesquisas foram iniciadas, com vertentes educacional, as quais traziam consigo ideias que transformassem a sociedade em igualitária e justa. Dessa forma, o poder judiciário cria forma de proteger e assegurar o cidadão a lutar pelos seus direitos e deveres. A partir do que Patto (1999) nos traz, decorrente de um processo social, o fracasso escolar se da em uma realidade do cotidiano educacional, pautado em criar obstáculos a realização de seus objetivos, em que relações hierárquicas de poder, e burocráticas do trabalho pedagógico, são motivados a cima de tudo, a prática por interesse particular, e evidencia o "descompromisso" com a sociedade. Esse tema traz muitas discussões, que evidenciam fatos históricos e trazem dados de uma sociedade desigual e injusta, que automaticamente acometeu a educação de um modo geral. Segundo Patto (1999), o fracasso escolar deriva de uma sociedade dividida socialmente, em classe superior e inferior.

Bossa (2002) ainda complementa, que a discussão, vem também do chamado problema de aprendizagem, que primeiramente foram os médicos que trouxeram as primeiras explicações, que foram atribuídas aos fatores biológicos. Em épocas distintas, os testes psicométricos, também colaboraram para essa discussão, pois os mesmo, apresentavam baixo QI, ou déficit de inteligência. Também, não podemos deixar de citar, os fatores sociopolíticos, que apresentam as diferenças da sociedade, em que os burgueses tinham mais privilégios por parte da educação.

Bossa (2002), ainda afirma que o fracasso escolar é considerado um sintoma social, que deve ser analisado em todos os contextos, individual, cultural e escolar. A partir pode-se discutir também as críticas realizadas às práticas da psicologia na educação, que interferem nesse fenômeno e que, segundo Souza (2009), passaram por um momento de "crise", no qual houve uma diminuição da contratação dos profissionais para área educacional e o setor público. Percebe-se que o espaço do psicólogo vem sendo ocupado pelos psicopedagogos, que abordam questões relacionadas às crianças com dificuldades de aprendizado. É importante ressaltar que não é apenas uma prática pedagógica que rotula, patologiza e colabora para a medicalização dos alunos e sim uma prática de todos envolvidos no processo da educação, inclusive os psicólogos.

No que nos traz Antunes (2008), a crítica recorrente à psicologia na educação, é referente ao modo de ação, baseado em um modelo clínico e médico, que tende a patologizar, individualizando os alunos no processo educativo, e colaborando para o processo de medicalização deles. Ainda no século, a linguagem médica veio se modificar em relação ao corpo do doente, e do homem como sujeito a uma doença. Sendo assim, ao longo do século, a doença passa a ser vista como propriedade médica, ou seja, o médico é que detém a verdade sobre o corpo do sujeito, e sobre a doença, possibilitando então, o enquadramento e a classificação dos doentes nessa época.

Souza et al. (2013). afirma que temas como relação institucional na escola, diagnóstico, papel do psicólogo, dificuldade de aprendizagem e suas avaliações em crianças, possibilitam a discussão de novas reformas educacionais, decorrentes de políticas públicas, que possibilitam a problematização referente a educação, como valores, condições institucionais, princípios. Temas estes que atingem a todos aqueles envolvidos com a escola. Porém, pesquisas mostram que há dificuldades nesse trabalho, que devem ser encarados, no que refere-se a política pública presente na educação. Dificuldades estas, como:

- a) a manutenção de formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais;
- b) a desconsideração da história profissional e política daqueles que fazem o dia a dia da escola;
- c) a implantação de políticas educacionais sem a necessária articulação com a devida infraestrutura para sua real efetivação;
- d) a manutenção de concepções preconceituosas a respeito de estudantes e suas famílias, oriundos das classes populares;
- e) a dificuldade de serem criados espaços de debates sobre as reais finalidades das políticas educacionais implementadas;
- f) a implantação tecnicista

da política leva à alienação do trabalho pedagógico. (SOUZA 2011, apud SOUZA et al. 2013)

Souza (2013) menciona a importância do conhecimento da forma como essas políticas foram implantadas e das questões trazidas pelos educadores, para facilitar o trabalho deles e dos psicólogos na educação básica. Ressalta ainda, que mesmo denominadas de políticas públicas, coincide de ações estaduais e municipais, não terem continuidade, e não passarem de programas do governo.

Ainda no século XIX, temas da psicologia foram incluídos em outras áreas de conhecimentos, como a pedagogia que incluía discussões sobre a criança e seu processo de aprendizagem. Foi possível deparar-se com temas que mais tarde viriam a ser considerados objetos próprios da psicologia educacional, tendo um maior interesse em temas como a aprendizagem, mas também temas atuais do século XX como a inteligência. (ANTUNES, 2008).

Gradativamente, a psicologia foi conquistando sua autonomia, sendo considerada uma área específica de conhecimento no Brasil, assimilando conhecimentos que estavam sendo produzidos na Europa e Estados Unidos.

Psicólogos atuavam como aplicadores de testes, voltados para um modelo de psicologia clínica, em que separavam crianças com bons comportamentos das crianças que precisariam de salas especiais devido ao comportamento ou dificuldade na aprendizagem, ou melhor dizendo, que não tinham aptidão para aprender. Essa situação de exclusão atingia principalmente as classes menos favorecidas.

De acordo com Antunes (2008), a princípio a escola teria sido destinada apenas a uma determinada população privilegiada, e sua demanda era a de dar conta das necessidades específicas as quais eram geradas por essas populações que teriam de desempenhar funções de acordo com seus interesses sociais. Porém, atualmente a escola é para todos e deve contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Sob essa perspectiva, a escola, tal como nós a concebemos tem como finalidade promover a universalização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, criando condições para aprendizagem e para o desenvolvimento de todos os membros da sociedade. (ANTUNES, 2008, p. 470).

A educação vem passando por mudanças, porém, Guzzo *et al.* (2010) afirmam que a mesma encontra-se com falhas e distante de ser um processo educacional justo e igualitário, uma vez que há crianças matriculadas nas escolas que, no entanto, não a frequentam; muitas ou não iniciam os estudos ou desistem de frequentar, e ainda percebe-se um grande índice de crianças iletradas na sociedade brasileira.

Zanella e Molon (2007), afirmam de obter explicações sobre aprender e ensinar, a educação vai atrás de explicações e contribuições por parte da Psicologia, que passa a elaborar teorias a fim de dar conta dessas demandas, criando métodos e técnicas sobre desenvolvimento humano e aprendizagem.

No final do século XIX, houve mudanças na sociedade brasileira relacionados a um fortalecimento do pensamento liberal, ou seja um novo modelo de homem em que a educação era responsável por isso. Essa ideia seria um novo projeto de sociedade, rumo à industrialização. A educação ganhou espaço dando margem para novas discussões de uma sistematização de ideias pedagógicas, sendo influenciada pelos princípios da Escola Nova a partir do final do século.

Assim as escolas normais passaram a ser o principal centro de propagação das novas ideias, baseadas nos princípios escolanovistas, com vistas a formação dos novos professores, encarregando-se do ensino, da produção de conhecimentos por meio dos então inaugurados laboratórios de psicologia, fatores estes que deram as bases para as reformas estaduais de ensino promovidas nos anos 1920 e foram por estas potencializados. (ANTUNES, 2008, p.472).

O século XX, é marcado ainda pelas discussões tidas no século XIX referentes ao fracasso escolar e a linguagem dos médicos, pois nesse século houve o processo de urbanização, higienização, com o intuito de prevenir doenças que ameaçassem a saúde de todos, principalmente da elite. A partir disso, pode-se refletir sobre a atual posição médica, que é herança do século passado: a sociedade é submetida a um saber-poder médico. Em que referindo-se ao processo escolar, é ele quem tem um saber sobre o corpo e os processos que levam a criança a não conseguir aprender. Quando, na verdade, é preciso ir muito além disso, buscando meios de problematizar essas situações atingindo a todos pertencentes ao contexto educacional, social, e comunitário. Segundo Jesus e Souza (2012), foram os médicos os primeiros a pensarem sobre as questões referentes à desigualdade social e ao aprendizado. Obtendo resposta, a partir do pressuposto que como as escolas, depositavam nas crianças e ainda depositam, a responsabilidade de um futuro melhor,

seria necessário investir em educação, e "correção" dessas disfunções psicológicas que apareciam desde a infância, e mais evidente nos menos favorecidos. Discussões como essas, se davam antes por questões orgânicas ou ambientais, atualmente se dão por aspectos biológicos relacionados a problemas neurológicos, que seriam os fenômenos, conhecidos como hiperatividade, déficit de atenção, dislexia.

Para Zanella e Molon (2007 p.262):

Segundo as autoras, os psicólogos-orientados pelo conceito de distúrbio de aprendizagem, visto como problema médico que diz respeito à doença neurológica - acreditam que os problemas no processo de escolarização referem-se a uma doença orgânica que afeta o(a) aluno (a), exclusivamente.

Tendo isso em vista, Jesus e Souza (2012), afirmarão que, sendo as questões de ordem biológica, causadoras de uma não aprendizagem, os psicólogos passam a atuar de forma que previnam desde a infância, desvios psicológicos.

Entende-se que os psicólogos contribuem com diagnósticos de problemas de disfunção neurológicas, porque baseado no conhecimento médico, eles intervêm de forma a avaliar, e medir habilidades, contribuindo para a patologização e também a rotulação daqueles que possuem alguma dificuldade ou que não se encaixam nas normas da escola. Essa prática também possibilita evidenciar a desigualdade social, que demonstra que alunos de classe mais desfavorecidas, são os que mais se enquadram nisso.

A segunda metade do século XX, foi marcada pela união da Psicologia e Educação a fim de dialogarem sobre o desenvolvimento humano, tirando o foco dos problemas de aprendizado e preocupando-se em levar essa discussão para além do contexto educacional, chegando aos espaços comunitários, núcleos, associações etc. Contudo, segundo Maluf (2008), a Psicologia não superou as expectativas depositadas de resolução dos problemas da educação, pelo contrário, centraram-se na avaliação da inteligência e dificuldades encontradas por parte dos alunos.

De acordo com Jesus e Souza (2012), a avaliação, a fim de diagnosticar os alunos vem a ser uma prática que já ocorria por volta da década de 20 e 30 do século passado. Hoje ela tornou-se comum e o que antes era tido como crianças excluídas da escola, hoje a exclusão é tida dentro da escola, em que os alunos diagnosticados como tal, sofrem rotulações por parte dos professores, gestores, coordenadores e dos próprios alunos.

A atuação do psicólogo escolar, vem a ser de extrema importância, quando o mesmo põem em prática, sua atuação de forma ética, afim de colaborar para as questões educacionais, buscando melhorias e desestigmatizar a ideia de que, só o aluno ou a família são "culpados", por esses comportamentos que não se enquadram em um padrão social. Dessa forma, segundo Souza et al (2013), é importante que o psicólogo no âmbito escolar, promova grupos com professores, alunos, coordenação, familiares, funcionários, pois, a prática do mesmo não se baseia apenas aos alunos rotulados pelas escolas. Essa prática vai muito além, é preciso atingir a todos do contexto escolar e da comunidade ali em volta.

O psicólogo como afirma, Andaló (1984), deve ser um agente de mudanças, que atue juntamente ao corpo docente, direção e equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da leitura criteriosa das ideias dos autores que fundamentam este estudo pode se concluir que a Psicologia Escolar, tem sua importância na educação e necessita buscar cada vez mais o seu espaço, de forma que desmistifique o papel que o Psicólogo Escolar ocupavam antigamente, que era mais voltado para um modelo clínico e de aplicador de testes. Atualmente, o Psicólogo Escolar deve envolver a todos em seu trabalho, e agir como um agente de mudanças, que deve atuar juntamente com a equipe pedagógica da escola. Não se esquecendo que, o Psicólogo deve atuar de forma ética, colaborando para as questões educacionais, e propondo um espaço de conversa e reflexões entre os educadores, não baseando sua prática apenas aos alunos rotulados pela Escola.

REFERÊNCIAS

AQUISTAPACE, F. (2012). **Parceria entre escola e família deve priorizar a aprendizagem**. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/09/06/parceria-entre-escola-e-familia-deve-priorizar-a-aprendizagem/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

BIASOLI-ALVES, Z. M.M. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas da criança. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 33-49, 2004.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, M. E. P. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família–escola. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro n. 25, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Orgs). **Interação escola família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO/MEC, 2010. Disponível em: <mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 29 ago. 2014.

CHALITA, G. B. I. **Educação**: A solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

DAZZANI, M. V.; FARIA, M. (2009). **Família, escola e desempenho acadêmico**. Scielo Books / Edufba. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-12.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia Ribeirão Preto* v.17, n. 36, jan./abr.2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

FERRARI, J. S. (2014). Papel dos pais na educação: a dimensão emocional da formação. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/psicologia/papel-dos-pais-na-educacao.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

HEIDRICH, G. (2009). **A escola da família**: Aproximar os pais do trabalho pedagógico é um dever dos gestores. Conheça aqui 13 ações para essa parceria dar resultado. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/escola-familia-495924.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

HÜLSENDEGER, M. J. V. C. A importância da família no processo de educar. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 67, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67hulsendeger.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

LOPES, P. (2014). **Escola e família**. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/sugestoes-pais-professores/familia-escola.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Dia Nacional da Família na Escola (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**: EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=417>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

MEYER, D. E.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. P. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis v. 20, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 ago. 2014.

MIGUEL, L. O. S.; BRAGA, E. R. M. (s/d). **A importância da família no processo de aprendizagem, visando ao sucesso escolar.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2272-8.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

NUNES, D. G.; VILARINHO, L. R. G. "Família possível" na relação escola-comunidade. **Psicol. Esc. Educ.** Campinas v. 5, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago. 2014.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008.

POLATO, A. (2011). 5 mitos da relação família e escola. Educar para crescer. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/familia-escola-educacao-502577.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicol. Esc. Educ.** Campinas v. 9, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago. 2014.

RIBEIRO, P. S. (s/d). **Família:** não apenas um grupo, mas um fenômeno social. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/familia-nao- apenas-um-grupo-mas-um-fenomeno-social.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

ROLFSEN; A. B.; MARTINEZ, C. M. S. Programa de intervenção para pais de crianças com dificuldades de aprendizagem: um estudo preliminar. **Paidéia** Ribeirão Preto. v. 18, n. 39, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

ROMANELLI, G. Famílias de classes populares: socialização e identidade. **Cadernos de Pesquisa NEP.** Campinas v. 1, n. 2, p. 24-25, 1997.

SOUSA, J. P. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** Fortaleza: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012. Disponível em: <http://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdfhttp://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2014.

VOKOY T.; PEDROZA R. L. S. Psicologia escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. **Psicologia Escolar e Educacional.** v. 9, n. 1, p. 95-104, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n1/9n1a09.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2014.